



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

B-4

Jornal da Cidade

ARACAJU, TERÇA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2016

CIDADES

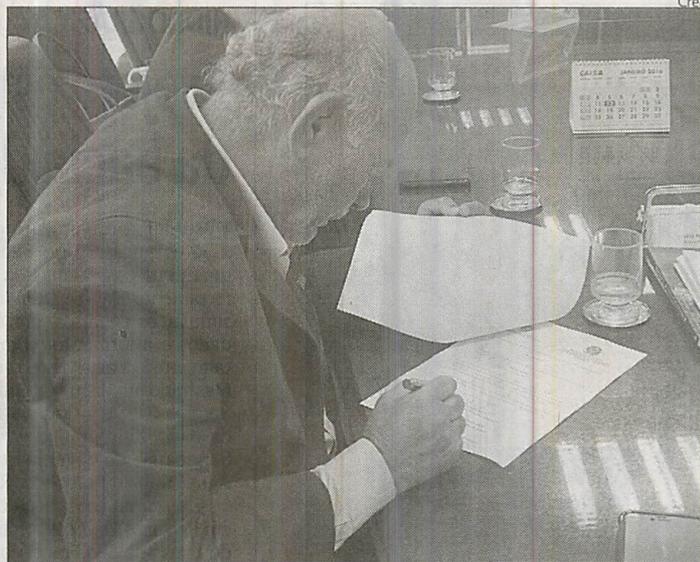
# Crea e MP: parceria assegura ações e acessibilidade nas ruas

## Pacto promove fiscalização de cumprimento de normas urbanísticas e ambientais

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (Crea-SE) e o Ministério Público Estadual celebraram um Termo de Mútua Cooperação Técnica, Científica e Operacional visando estabelecer ação conjunta de fiscalização para assegurar o cumprimento das normas de ordem urbanística e ambiental. A ação também propõe um pacto pela promoção da acessibilidade nos espaços públicos e privados de uso coletivo e visa criar uma conscientização da necessidade de se cumprir a legislação, em especial nas novas obras, e na execução de adequações das já existentes.

O Termo foi assinado, na sede do MP, pelo presidente do Crea-SE, engenheiro agrônomo, Arício Resende e o procurador-geral de Justiça, José Rony Silva Almeida. “Este evento reforça a parceria já existente entre a instituição e o Crea-SE e mostra que estamos alinhados na discussão de um tema universal como a acessibilidade”. Essa é uma luta de todos para termos cidades mais justas e mais inclusivas e dentro deste cenário, existem soluções, que passam pelo conhecimento dos profissionais das áreas tecnológicas”, disse Arício Resende ao reforçar a necessidade de buscar e melhorar as condições que visam atender o direito de todo cidadão no que diz respeito à mobilidade urbana.

“Estamos firmando a renovação de um trabalho que



Crea

**TERMO**  
de Mútua  
Cooperação  
Técnica,  
Científica e  
Operacional  
foi assinado  
para assegurar  
condições de  
acessibilidade  
das pessoas com  
deficiência ou  
com mobilidade  
reduzida

o Ministério Público faz em parceria com o Crea há cerca de 40 anos. A acessibilidade é uma questão emergencial no nosso Estado. Junto com o Crea, o MP reforça condições no sentido de corrigir os problemas encontrados em Sergipe”. É o que afirma o procurador-geral de Justiça, José Rony Almeida.

Por meio deste acordo, o Crea-SE se compromete a cooperar com o Ministério Público, sempre que solicitado, na discussão e na avaliação da qualidade técnica dos projetos, obras e outras atuações nas áreas da engenharia, quando se tratar de interesse público, buscando, inclusive, a aplicação das normas legais

que assegurem as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Por força do acordo, o Crea vai, ainda, realizar ações de fiscalização decorrentes dos procedimentos administrativos pelo MP e solicitar ao Ministério Público, mediante relatório circunstanciado, o embargo de obra ou edificação, bem como a adoção de outras medidas, quando foram encontradas irregularidades nas atividades e empreendimentos de engenharia e agronomia e/ou na comprovação da real e efetiva participação de profissionais registrados no Conselho.

Já o MP/SE se compromete a prestar ao Conselho toda

a assistência necessária ao desempenho das tarefas que forem solicitadas, auxiliá-lo no sentido de fazer cumprir a legislação pertinente ao exercício profissional das especialidades nele registradas, acompanhar e avaliar as ações executadas referentes ao desenvolvimento e à realização das atividades propostas, sugerindo quando entender necessário, imediatas adequações.

Na ocasião, o Ministério Público de Sergipe também aderiu ao termo de parceria entre o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e o Confea/Crea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, que trata de questões relacionadas à acessibilidade.